

O conceito de “Língua Geral do Brasil” revisitado à luz da linguística de contato

Márcia Santos Duarte de Oliveira,¹ Maria de Lurdes Zanoli² & Marcelo Modolo

Universidade de São Paulo

Neste estudo, objetivamos: (i) revisar os vários ‘conceitos’ de Língua Geral (LG) do Brasil a partir de estudos atuais ligados à linguística de contato; (ii) apresentar novas considerações acerca das condições sócio-históricas que envolvem esse tipo de língua; (iii) evidenciar, por meio de uma convergência de hipóteses, a proposta de que a LG pode tratar-se de uma língua do tipo “crioula” e que, diferentemente do que se propõe em alguns textos da literatura especializada, a LG liga-se ao processo de contato “novas línguas criadas” e não ao de “*language shift*”. Propomos também que a língua crioula LG seja inserida em um *continuum pidgin-crioulo* a partir da língua tupinambá. Assim, mais uma vez, nos distanciamos da literatura da área por assumirmos o tupinambá não como uma língua irmã da LG, pertencente à família Tupi-Guarani (em consonância com a linguística histórica-comparativa), mas como uma língua *pidgin*.

Palavras-Chave: Língua Geral do Brasil; tupinambá; *continuum pidgin-crioulo*; linguística de contato

1. Introdução

Neste trabalho, retomamos o debate teórico que envolveu/envolve a área linguística do Brasil, centrado em torno da hipótese da existência ou não de língua(s) crioula(s) no país (e.g. Tarallo 1993; Pagotto 2007).

De início, de acordo com vários pesquisadores, confirmamos a existência de línguas crioulas em território brasileiro; citamos: (i) as línguas crioulas amazônicas de base francesa faladas no Amapá que estão em contato direto com o português vernacular brasileiro (PVB) falado no norte do país (e.g. Alleyne & Ferreira 2007); (ii) a língua amazônica kokáma/omágua (e.g. Cabral

1 CNPq (Bolsa CNPq de Produtividade de Pesquisa; Processo: 306848/2018-0).

2 Doutorado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2011); (iii) a comunidade de Helvécia, Bahia, em quem se atestou uma língua crioula (Lucchesi, Baxter, Silva & Figueiredo 2009: 85-95).

Contudo, corroboramos a ideia recente e consensual entre os linguistas de não se postular uma origem crioula para PVB que é falado em toda a extensão do território brasileiro (e.g. Rougé 2008: 72; Lucchesi & Baxter 2009: 122).

Ainda, no tocante à “crioulização”, nossa atenção neste estudo centra-se em um tipo de língua brasileira conhecida como Língua Geral (LG) que, a nosso ver, deve ser inserida no grupo de línguas mencionadas na literatura de contato como “novas línguas criadas” em que as línguas crioulas são apresentadas como subtipo (Winford 2003: 24). Nossos objetivos neste trabalho são: (i) revisitar os vários ‘conceitos’ de LG do Brasil a partir de estudos atuais ligados à linguística de contato; (ii) apresentar novas considerações acerca das condições sócio-históricas que envolvem esse tipo de língua; (iii) evidenciar, por meio de uma convergência de hipóteses, a proposta de que a LG pode tratar-se de uma língua do tipo “crioula”. Essa proposta, que é embasada na linguística de contato, distancia-se da maioria das hipóteses atuais sobre LG do Brasil que ratificam que essa língua insere-se nos quadros da linguística histórico-comparativa (e.g. da Cruz 2011: 3). No entanto, ressaltamos que está fora do escopo deste trabalho:

- i) apresentar considerações sobre a LG que se estende para fora do território brasileiro como: (a) a LG falada no Paraguai (ou “guarani crioulo”) (e.g. Rodrigues (1996: 9); (b) a LG falada na Venezuela e Colômbia (e.g. Navarro 2012: 245);
- ii) atentar para a LG como resultado de uma “... *língua criada ou moldada ou “disciplinada” pelos jesuítas, já no século XVI, com base na dos índios*” (Rodrigues 1996: 6); Rodrigues (*op. cit.*) considera essa possível explicação de LG do Brasil como uma das confusões observadas entre os pesquisadores acerca desse tipo de língua;
- iii) ligar a LG do Brasil ao emprego do adjetivo “geral” referindo-se à amplitude do uso dessa língua por povos indígenas. Reiteramos Rodrigues (1996: 7), que afirma que o que é interessante é o uso técnico da expressão LG e não o seu uso genérico “língua geral”.

O trabalho está dividido em cinco seções além desta seção introdutória. Na seção 2, apresentamos uma resenha de subtemas da linguística de contato que dão suporte à proposta de reafirmarmos a hipótese de que a LG do Brasil seja uma língua “crioula”; na seção 3, a partir de uma revisão bibliográfica sobre LG do Brasil, propomos o “estado de conhecimento” desse tipo de língua centrados

no que denominamos de “subtemas ligados ao tema LG”. Na seção 4, reiteramos, por meio de uma convergência de hipóteses, a proposta de que a LG do Brasil seja uma língua crioula. Na seção 5 é apresentada a conclusão do trabalho, seguida, ao final, pelas referências bibliográficas.

2. Tomando notas sobre alguns temas da linguística de contato

Nesta seção, apresentamos um resumo de algumas das temáticas da linguística de contato que consideramos relevantes para o objetivo deste trabalho que centra-se em visitar o conceito de “LG do Brasil” à luz da linguística de contato. Na seção (3), estes temas são reintroduzidos por meio do que chamamos neste estudo de “subtemas da LG do Brasil”, apreendidos a partir de textos relevantes sobre este ‘tipo’ de língua.

Iniciamos com a asserção que se observa em Thomason (2009: 39, traduzido): “Eu devo enfatizar que colocar as línguas em contato em uma categoria discreta é de certa forma tão abstrato e arbitrário como todas as outras classificações feitas em linguística”. Logo, nesta seção, ao apresentarmos uma definição de linguística de contato, o fazemos certos de que tal definição não abarca todos os possíveis enquadramentos dessa área de pesquisa. Dito isso, assumimos – de acordo com um conjunto de especialistas – que a linguística de contato é um ramo de estudos que enfoca áreas geolinguísticas que atestam, no mesmo *locus*, línguas distintas umas das outras e com “poucos” representantes (falantes) em cada uma delas – no presente ou no passado em que se deu (ou que ainda se dá) a formação do espaço sociocomunicativo. Nestas áreas verifica-se, portanto, uma situação de multilinguismo/plurilinguismo e de hibridismo cultural que caracterizou vastas áreas do globo em fins do século XV, estendendo-se até o século XIX, ou seja, um período de pelo menos quatro séculos no qual se deu a formação de áreas geolinguísticas que são conhecidas como Novo Mundo. Advogamos que, nesse período histórico em que inúmeras línguas foram criadas, no Brasil, a denominada LG surgiu como uma nova língua de contato.

De acordo com Winford (2003: 9), a linguística de contato em si mesma não é uma disciplina científica, mas trata-se de um campo de estudo muito bem definido que emprega metodologias ecléticas e direcionadas para várias abordagens – como o método linguístico histórico-comparativo, as investigações de base sócio-históricas e as distintas hipóteses linguísticas. Logo, no que concerne à linguística de contato, “[...] a sua forte abordagem

interdisciplinar é que a define e lhe proporciona vigor” (Winford 2003: 9, traduzido).

Winford (2003: 22-24), que baseia-se parcialmente em Thomason & Kaufman (1988: 50), apresenta uma visão geral dos resultados apreendidos acerca da linguística de contato e divulgados na literatura da área. Winford (*op. cit.*) distingue três situações (categorias) em que as “línguas em contato” podem ser inseridas: (A) manutenção de língua; (B) *language shift* (mudança de língua); (C) “criação de língua” (novas línguas de contato). Neste trabalho, centramo-nos nas ‘situações’ (B) e (C), pois, como abordamos nas seções 3 e 4, estas são as categorias de línguas em contato que podem ser consideradas as mais significativas no tocante à discussão sobre a formação da LG do Brasil.

Acerca de *language shift* – a ‘situação B’ de línguas de contato atestadas em Winford (2003: 208-264) –, trata-se de um fenômeno do contato linguístico estritamente ligado à aquisição de uma segunda língua – daqui em diante, SLA [*second language acquisition*, “aquisição de segunda língua” (L2)]. No entanto, não se está falando em processos de SLA envolvendo indivíduos, mas sim de SLA de um grupo inteiro que adquire uma nova língua: uma *target language* (TL; língua alvo). Muito frequentemente, o resultado dessa mudança é a origem de uma língua de contato bem diferente da TL, embora, em alguns casos a mudança ocorrida possa também resultar em uma língua de contato bastante parecida com a TL – ver Winford (2003: 235-237). Um exemplo de *language shift* é o caso da comunidade indígena ‘tembé do Guamá’ (Pará/Brasil) que encontra-se em fase de mudança da língua tembé para o PVB falado no norte do país (Jucá Ms). Por meio de análises linguísticas do português falado pelos tembé do Guamá, em andamento, esta autora atesta moderadas interferências da língua tembé no português falado por esse grupo indígena. Dezenas de outros grupos indígenas brasileiros estão em processo de *language shift* ou já efetuaram o processo.

O amplo fenômeno de *language shift* tem sido ainda tratado por um grupo de pesquisadores como um processo de “transmissão linguística irregular” (TLI) (Lucchesi & Baxter 2009). Esses autores (*op. cit.*) explicam o português afro-brasileiro falado em comunidades da Bahia e ainda as diversas variedades populares brasileiras como um resultado de aquisição precária do português pelos escravos trazidos da África e pelos indígenas brasileiros.

Baxter (2018: 321) aponta que fenômenos de SLA (L2) podem ter sido cruciais para a gramática da L1 que emergiu entre os tongas na grande roça Monte Café em São Tomé e Príncipe; para o autor (*op. cit.*), o português falado pelos tongas constitui um produto clássico de processo de TLI. O português dos tongas (hoje disperso entre variedades de português falado em São Tomé) foi

descrito pela primeira vez por Rougé (1992) que apontou que além dos tongas falarem a sua própria variedade de português, ainda manifestavam diferentes graus de manutenção de suas línguas africanas, entre elas as línguas bantas angolanas umbundo e quimbundo (Rougé 1992: 172). Este autor ainda observou que a língua de comunicação entre os administradores e trabalhadores nas grandes roças de São Tomé no período colonial foi o português (e não a língua crioula santomense). Assim um português L2 teria sido “[...] o gatilho para a reestruturação” do português que veio a ser falado pelos tongas (Baxter 2018: 321).

Pelo exposto brevemente acima, percebe-se que o fenômeno de contato linguístico chamado de *language shift* não se trata da situação de ‘criação de novas línguas’ que abarca as línguas *pidgins*, crioulas e *mixed languages*. No entanto, *language shift* vem sendo apontado em textos significativos sobre a LG do Brasil como um fenômeno diretamente ligado a línguas crioulas (v. seção 3).

Sobre “criação de novas línguas” – a ‘situação C’ de línguas de contato apontadas em Winford (2003: 268-358) –, apresentamos, a seguir, uma brevíssima consideração sobre os tipos linguísticos: (i) *pidgins* e (ii) crioulos.

Thomason (2009: 41) ratifica o fato de que todas as línguas mudam com o tempo e, centrando-se em conceitos da linguística histórica, nos lembra que o produto da divisão de uma língua (entre dois ou mais dialetos) é o de uma família de línguas em que todas as *filhas* são formas que sofreram mudanças a partir de uma *língua mãe*. A autora (*op. cit.*) corrobora trabalhos prévios que definem línguas de contato como tendo sistema gramatical e lexical que não podem ser traçados inteiramente a partir de uma única língua aparentada.³ Assim, Thomason (2009: 41) aponta os tipos de línguas: *pidgins*, crioulos e misturas bilíngues (*mixed languages*) como pertencentes à linguística de contato.⁴ Para Thomason (*op. cit.*), essas línguas são produto de um desenvolvimento histórico que ocorre de diferentes maneiras e em diferentes graus e que podem resultar em fronteiras não tão definidas bem como em categorias menos prototípicas tais como *semicrioulos*. Baseando-nos, portanto,

³ Nesta seção, não nos detemos em trazer à discussão parte do amplo debate atestado na literatura sobre a(s) possível(eis) língua(s) em que se deu/deram a ‘ruptura de transmissão de traços estruturais’ e que resultou/resultaram em “novas línguas criadas”. Logo, não abordamos acerca das hipóteses linguísticas *superstratistas*, *substratistas* e *universais*. No entanto, corroborando as palavras de Thomason (2009: 41, 42), deixamos claro que, ao assim procedermos, não significa dizer que *pidgins* e crioulos (e ‘misturas bilíngues’) não atestem antecedentes históricos em seus aspectos lexicais e gramaticais.

⁴ Sobre “misturas bilíngues”, que está fora do escopo de nossas considerações neste trabalho, ver Bakker & Muysken (1984), Winford (2003: 168-207) e Thomason (2009: 42-49).

em autores como Winford (2003) e Thomason (2009), enfatizamos que “novas línguas criadas” rompem com “traços estruturais” de língua(s) prévia(s).⁵ Sobre línguas *pidgins*, atestam-se na literatura especializada – como Bakker (1994, 2003) –, entre um conjunto de características, as seguintes: (i) são línguas ‘emergenciais’ que nascem da necessidade de comunicação em áreas plurilingues, cujos falantes não conseguem falar a(s) língua(s) do outro; (ii) são tipicamente línguas não maternas (L2) mas que atestam ‘normas’ que têm que ser aprendidas⁶ – diferentemente dos jargões (estados prévios que antecedem os *pidgins*); (iii) são línguas que atestam certas complexidades morfossintáticas (devido a seus diferentes ‘inputs’) se comparadas às línguas crioulas. Logo, o(s) *pidgins* foram (e são) utilizados por falantes não nativos desse(s) ‘sistema(s)’ como língua(s) franca(s). Um exemplo de língua *pidgin* é a língua denominada “West African Pidgin English” (e.g. Owusu, Adoma & Aboagye 2016).

Segundo Thomason (2009: 45-47), as línguas crioulas prototípicas dividem importantes traços sociais e linguísticos com as chamadas *pidgins* como, por exemplo, atestarem itens do léxico primário de alguma língua cujos falantes estão de alguma forma em posição dominante. No entanto crioulos diferem de *pidgins* por serem a língua principal de uma dada comunidade e serem adquiridas como línguas maternas.

Quanto a traços linguísticos específicos das línguas crioulas, que têm sido alvo de vasta discussão na literatura, podemos citar os estudos sobre as partículas T(*tense*)M(*mood*)A(*aspect*),⁷ bem como o traço referido como “complexidade” ligado a essas línguas e que será abordado na seção 4. Porém, como bem enfatiza Thomason (2009: 40), não há um só traço atrelado a línguas crioulas que seja de exclusividade dessas línguas. Papiamento é um dos exemplares de uma língua crioula (e.g. Kouwenberg & Muysken 1994; Freitas 2016).

As chamadas ‘línguas crioulas’ estão claramente agrupadas em espaços que foram a cena da expansão colonial entre os anos 1500 e 1900 e envolvem, segundo a literatura da área, localidades do Caribe, de costas do oeste da África e de grandes partes do Pacífico. Entretanto, como nos aponta Smith (1994: 332), a delimitação apenas dessas áreas do globo como *locus* de línguas crioulas pode

⁵ Segundo Winford (2003: 19, traduzido), essas línguas: “[...] envolvem uma reestruturação tão extrema e/ou misturas de elementos tão penetrantes de mais de uma língua que o resultado não pode ser considerado nem um caso de manutenção nem um caso de mudança no sentido estrito desses termos.”

⁶ Ver Bakker (1994: 25; 2003: 4-5).

⁷ Ver, por exemplo, Bakker, Post & van der Voort (1994). Sobre aspectos da estrutura linguística de línguas do tipo crioulas, ver Michaelis *et al.* (2013).

se dar devido à falta de conhecimento histórico de outras regiões do mundo por parte dos pesquisadores. Pensamos que este seja o caso da LG falada no Brasil.

3. LG em terras do Brasil: uma das possíveis histórias

Nesta seção, objetivamos apresentar um possível estado de conhecimento acerca da LG do Brasil. O que nos move, seguindo os dizeres de Ferreira (2002: 259), é o “... desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito ...”. No entanto, estamos certos de que não é possível apresentar a ‘História’ acerca da produção do tema LG, mas sim “... quando muito, [...] uma das possíveis Histórias [...]” – Ferreira (2002: 272). É nesse ‘espírito’ que propomos a resenha que se segue, centrada em autores cujos textos sobre a temática “LG do Brasil” têm sido considerados significativos.

3.1. Os diversos conceitos de LG do Brasil

A seguir, apresentamos alguns dos conceitos técnicos sobre LG a partir de hipóteses de alguns pesquisadores, embora se possa atestar que não há consenso entre os especialistas quanto a esse termo LG.

Argolo (2016: 10) apresenta as seguintes definições mais genéricas de LG, apreendidas a partir de diversos autores: (i) trata-se da língua tupinambá; (ii) é uma língua que resulta do aprendizado de dialetos tupis; (iii) trata-se do tupi simplificado e “gramaticizado” pelos jesuítas; (iv) é uma língua de origem tupi-guarani, surgida no uso dos mamelucos. No entanto, segundo o autor (*op. cit.*), cinco definições de LG são significativas pois englobam o “[...] contexto sociolinguístico de pidginização e crioulização [...]” (Argolo 2016: 47). Assim, para Argolo (2016: 47; os grifos são nossos), o termo LG liga-se a diferentes tipos de línguas como se observe no excerto abaixo:

[...] (1) Variedades coloniais do tupinambá surgidas em São Paulo e no sul da Bahia durante o século XVI, faladas principalmente por mamelucos e por filhos de famílias brancas nascidos no Brasil, em situação de bilinguismo sem language shift, e extintas no início do século XIX; (2) Língua colonial historicamente nova, surgida na região amazônica durante o século XVII, falada inicialmente por índios tapuias, como resultado da crioulização do tupinambá em contato com suas línguas nativas, havendo language shift; é falada ainda nos dias atuais por cerca de três mil pessoas, principalmente da etnia baré, porém mais conhecida pelo nome de nheengatu, tendo como principais áreas de uso o Médio e o Alto Rio Negro, o Baixo Içana e o Xié; é falada como primeira língua, como segunda língua e como língua franca nestas regiões; (3) Línguas francas coloniais, recobridoras de línguas afins – indígenas e africanas –, a exemplo da língua geral Cariri, afiliada ao tronco Macro-Jê falada no Nordeste –, e da língua geral de Minna, afiliada a

línguas africanas da costa de Mina – falada em Minas Gerais; (4) Português colonial brasileiro, em sua variedade popular, estruturalmente modificado pelo contato com línguas indígenas e africanas; (5) Variedade colonial do guarani, que teria sido utilizada também em São Paulo.

Os conceitos atestados acima por Argolo (2017) a partir de textos da literatura especializada nos permite apontar seis subtemas do tema LG.

3.2. Seis subtemas ligados à temática LG

Nesta subseção, atestamos seis subtemas que se destacam em textos especializados sobre a LG: (i) A hipótese de três LGs no Brasil; (ii) A LG definida nos moldes da linguística histórica-comparativa; (iii) A LG e a hipótese mameluca; (iv) A LG referindo-se a línguas africanas faladas no Brasil colonial; (v) A LG e o português colonial brasileiro em sua variedade popular; (vi) A LG e propostas ligadas à linguística de contato. A seguir, discutimos acerca desses subtemas.

(1) *A hipótese de três LGs no Brasil*

As LGs do Brasil citadas na história linguística brasileira são: (i) Língua Geral de São Paulo (LG/SP); (ii) LG do sul da Bahia (LG/Ba); (iii) LG Amazônica (LG/Am) ou nheengatú.

Rodrigues (1996), entre outros textos, aponta para as diferenças de formação da LG/SP e da LG/Am. Argolo (2013), entre outros textos, argumenta a favor da LG/Ba. Segundo Argolo (2016: 12), a LG/SP e a LG/Ba tiveram o seu processo de formação consolidado ao longo dos séculos XVI e XVII; seus declínios e extinção se deram no início do século XIX.

A LG/Am teve o seu processo de formação iniciado na segunda metade do século XVII e foi consolidada durante o século XVIII no histórico Estado do Maranhão e Grão-Pará.⁸ A LG/Am foi a língua mais falada no norte do Brasil até o século XIX, quando se iniciou o ciclo da borracha – época que marca o declínio dessa língua em termos de extensão. É falada nos dias atuais por cerca de três mil pessoas, embora em uma área bem mais restrita que a de sua formação e expansão iniciais: no alto rio Negro, noroeste da Amazônia brasileira, entre os povos baré, baniwa e warekena; a LG/Am é primeira língua,

⁸ No século XVII, foi criado o Estado do Maranhão e Grão Pará (Pará e Amazonas formaram uma única província até 1850). Esse Estado era independente do Brasil e tinha sua capital em São Luís (Rodrigues 1996: 11; da Cruz 2011: 11).

segunda língua e língua franca entre os povos que por meio dela se comunicam (e.g. Argolo 2016: 47; da Cruz 2011: 11-14).

De acordo com da Cruz (2011: 12), o nome “nheengatú” (‘língua’/‘falar’ e *katu* ‘ser bom’), atualmente um termo que marca a identidade cultural dos falantes do alto rio Negro, foi criado recentemente. Para a autora (*op. cit.*), o termo “nheengatú” é de autoria de Couto de Magalhães (2013[1876])⁹ e insere-se em um período de declínio da LG em que “[...] surge um movimento romântico nativista que pretende registrar a língua e as histórias tradicionais transmitidas em língua geral.” (da Cruz 2011: 12). Para da Cruz (*op. cit.*), *O selvagem* de Couto de Magalhães (2013[1876]) e o dicionário Nheengatú-Português e Português-Nheengatú de Stradelli (1929) são fortes marcas desse movimento romântico.¹⁰

Uma leitura atenta de Couto de Magalhães (2013[1876]), entretanto, nos permite afirmar que o termo “nheengatú” não foi criado por esse autor. Em Couto de Magalhães (2013[1876]: 29), lê-se que os próprios indígenas chamavam sua língua de “língua de gente”: *ava nhenhen* (em Guarani) e *nhehengatu* (em Tupi). Deste modo, Couto de Magalhães, a fim de se comunicar com os indígenas, passou a utilizar esses termos já atestados entre os falantes dessas respectivas línguas.

(2) A LG definida nos moldes da linguística histórica-comparativa

A posição advogada pela maioria dos linguistas com relação à LG é a de inserir esta língua na “teoria da árvore genealógica” (*Stammbaumtheorie*) – ver Schleicher (1861) – em que as línguas são classificadas em famílias de línguas.

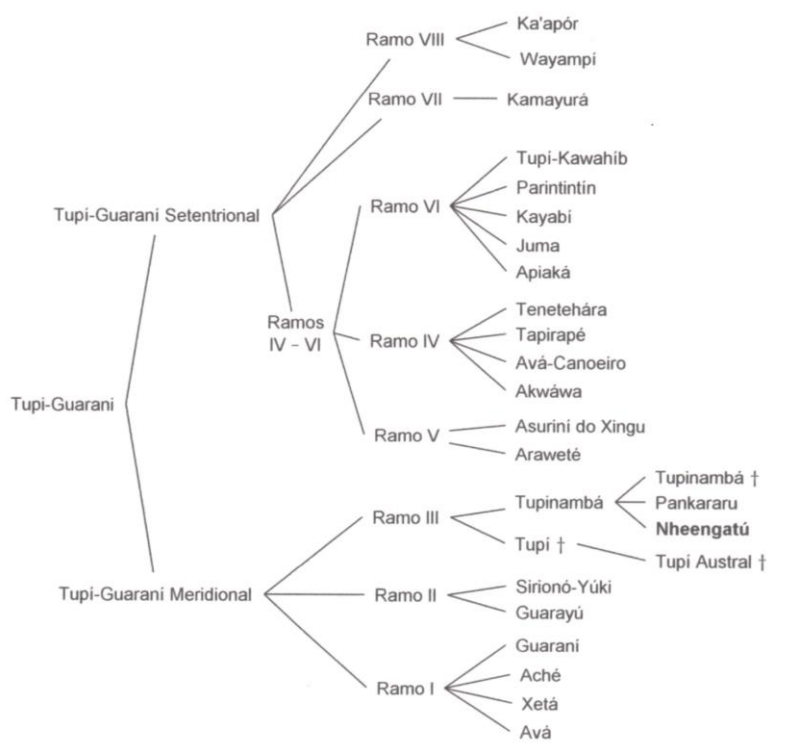
Na tradição dos estudos indigenistas brasileiros, as famílias linguísticas com propriedades comuns mais antigas, como a Macro-Jê e a Tupi, são chamadas de ‘tronco’ (da Cruz 2011: 1, nota 1; da Cruz 2011: 3), baseando-se principalmente em Rodrigues (1985), apresenta a ligação genética das línguas

⁹ da Cruz (2011: 12) credita essa informação a Aryon Rodrigues. No entanto, não aponta a obra em que Rodrigues afirma ser Couto Magalhães o autor do termo “nheengatú”.

¹⁰ A obra de Couto de Magalhães (2013[1876]), cujo subtítulo é “Trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por ele ocupado no Brasil”, foi escrita por incumbência de D. Pedro II, devendo corresponder à memória a ser apresentada à Feira Internacional de Filadélfia no ano de 1878 (Couto de Magalhães 2013[1876]: 5), nota editorial. Em um dos muitos trechos acerca do “cruzamento de raças” no Brasil, Couto de Magalhães (2013[1876]: 123) assim se refere: “[...] sem robustez física, a inteligência não é sã, a raça branca não pode conservar sua superioridade sem estes cruzamentos providenciais que [...] lhe hão de comunicar esse grau de força de que ela necessita [...]” Assim, por meio desse trecho e de muitos outros constantes na obra (*op. cit.*), diferentemente de da Cruz (2011: 12), pensamos que não haja um “viés do movimento romântico” na obra de Couto de Magalhães (*op. cit.*).

nheengatú e tupinambá, consideradas como extensão do ramo III da família linguística Tupi-Guaraní (Meridional). Observe a Figura 1 abaixo:

Figura 1: Nhengatu e o Tupinambá na família Tupi-Guarani¹¹



Na literatura da área, atestam-se também propostas de que o *nheengatú* (a LG/Am) seja uma expressão moderna da língua tupi.¹²

(3) A LG e a hipótese *mameluca*

Segundo vários autores, a LG/SP, a LG/Ba e a LG/Am (*nheengatú*) surgem como produto de culturas mestiças; essa ideia se encontra já esboçada em Couto de Magalhães (2013[1876]). Assim, para Rodrigues (1996), entre outros, essas línguas passaram a ser: (i) a língua de uma população *mameluca* – homens europeus (brancos) e mulheres índias tupis e tupinambás – e (ii) a língua de

¹¹ Fonte: da Cruz (2011: 3, figura 2, renumerada).

¹² Essas hipóteses se observam, por exemplo, no trabalho de Navarro (2012: 245), segundo o qual a língua tupi, que, para o autor, foi falada até o final do séc. XVII, se transformou na LG que, por sua vez, se ramificou em dois ramos principais: o amazônico e o meridional. Chamamos, contudo, a atenção do leitor para Rodrigues (1996: 6) que menciona sobre a “[...] confusão a respeito do significado de LG em vários meios intelectuais”; uma dessas “confusões”, segundo Rodrigues (*op. cit.*), seria a de designar a LG como “[...] a língua que falavam os próprios tupis e tupinambás [...]”.

filhos de famílias de europeus. Essas comunidades sócio-histórico-linguísticas e bilíngues¹³, falantes de língua materna (L1) tupinambá¹⁴ e de português como segunda língua (L2), teriam se formado em duas frentes geolinguísticas no Brasil: (1) na histórica área da Capitania de São Vicente¹⁵ e (2) na região amazônica, no norte do Brasil.

(4) *A LG referindo-se a línguas africanas faladas no Brasil colonial*

O termo LG refere-se ainda a uma diversidade linguística e social do período colonial como atesta Argolo (2016: 11) ao apontar, como exemplo, a LG da Mina: uma língua franca africana, falada em Minas Gerais no século XVIII.¹⁶ Na subseção 4.1, retomamos a esse tópico em que ratificamos acerca do Brasil colonial multilíngue/plurilíngue de ancestralidades ameríndia e africana e também ligado à língua portuguesa – cujos primeiros falantes no Brasil eram de ancestralidade europeia.

(5) *A LG e o Português colonial brasileiro em sua variedade popular*

Entre os diversos tipos de línguas atestados nas definições ligadas à LG está o português falado no Brasil como se vê em Argolo (2016: 47) que se refere ao: “[...] Português colonial brasileiro, em sua variedade popular, estruturalmente modificado pelo contato com línguas indígenas e africanas”. Assim, de acordo com o pensamento linguístico de alguns estudiosos, o PVB é visto como consequência de mudanças ocorridas no português já no período colonial que poderiam ter resultado em um processo de *language shift* do tipo moderado/forte originando o que se denominou de LG; no caso, uma língua próxima ou relativamente próxima à TL (no caso, o português). Essa corrente pode ser ligada, portanto, a outra (de resultado de contato mais extremo) que ganhou força no Brasil nos idos de 1980 e também atrelada à hipótese sobre o português brasileiro. Por meio desta hipótese, advogou-se que o português do Brasil teria tido uma origem crioula (Guy 1981a, 1981b) e que seria, em seu estágio atual “português brasileiro”, um resultado do fenômeno de

¹³ Para Rodrigues (1996: 8), o bilinguismo era característica (de parte) dos homens (europeus) no Brasil colônia.

¹⁴ Importante notar que, para alguns autores, como Rodrigues (1996: 7), a língua tupi e a língua tupinambá eram línguas distintas uma da outra. A diferença entre essas línguas já teria sido atestada nos séculos XVI e XVII por autores jesuítas. Na subseção (4.3), desenvolvemos a ideia de “tupinambá L1” por meio do conceito de língua do tipo “*pidgin* estendido”.

¹⁵ São Vicente é uma das *capitanias hereditárias* originais do Brasil, instaurada em 1534. Graças à ação dos “bandeirantes”, essa capitania alcançou extensões interioranas enormes, para bem além do litoral sudeste/sul do Brasil. Para detalhes, ver Madre de Deus (1975).

¹⁶ Argolo (*op. cit.*) baseia-se em Bonvini (2008: 39-45) ao referir-se à Língua Geral da Mina.

descrioulização. Tarallo (1993) é um texto importante neste debate pois argumenta, com bases sintáticas, que, caso o português falado no Brasil fosse resultado de descrioulização, essa variedade estaria se aproximando da variedade de português alvo, no caso, o português de Portugal. No entanto, os argumentos trazidos por Tarallo (1993) demonstram que não teria sido esse o processo, pois o português brasileiro e o português de Portugal encontram-se em grande distância sintática e seria, portanto, impróprio dizer que teriam se aproximado ou estariam cada vez mais se aproximando (Tarallo 1993: 50).

Assim, quanto à possível ligação entre o PVB e a LG, neste trabalho, não corroboramos propostas que ligam diretamente o PVB e seu processo de formação à LG do Brasil. Logo, os possíveis e inúmeros processos de *language shift* que ocorreram e estão ocorrendo no Brasil em direção ao português não estiveram/estão ligados diretamente à mudança de uma LG do Brasil para o português. Também, em consenso com a maioria dos linguistas na atualidade, não corroboramos propostas que, de alguma forma, vinculem o português falado no Brasil a uma LG de origem crioula, como já apontado na introdução deste trabalho (ver, entre outros, Rougé 2008: 72; Lucchesi & Baxter 2009: 122).

No entanto, chamamos a atenção para a importância de se empreenderem pesquisas centradas em variedades vernaculares hodiernas de português brasileiro, cujos traços linguísticos podem evidenciar contato com a LG; este pode ser o caso de áreas de fala que têm sido chamadas de “português afro-indígena” (ver Oliveira, Campos, Cecim, Lopes & Silva 2015, entre outros). Morales (2002: 61) nos chama a atenção para o que denomina de “recuo da LG em São Paulo” que pode ter dado origem ao modo de falar “caipira” nessa área.

(6) *A LG e propostas ligadas à linguística de contato*

Rodrigues (1996) é um dos textos mais significativos, senão o pioneiro, acerca de propostas ligando a LG à linguística de contato, embora o autor afirme que seu trabalho seja apenas “[...] um esboço, que deverá ser desenvolvido em outros trabalhos, por este ou outros pesquisadores” (Rodrigues 1996: 6). O autor (*op. cit.*) aponta que uma das possíveis análises direcionadas à LG seja o de tratá-la como “[...] um *pidgin* ou um crioulo originado no contacto de portugueses com índios de diferentes afinidades [...], ou mesmo formado já antes da chegada dos europeus.” (Rodrigues 1996: 6). Contudo, Rodrigues (*op. cit.*) assume que: “[...] essas concepções carecem de fundamento histórico e linguístico.” O autor (*op. cit.*) opta, portanto, por caracterizar a LG/SP e LG/Am fora do conjunto das línguas *pidgins* e crioulas por entender que “[...] não houve, em nenhum momento, interrupção na transmissão dessas línguas, isto é, não

ocorreu mudança de língua (*language shift*)” (Rodrigues 1999: 10).¹⁷ Assim, Rodrigues (1996: 10) advoga que, no caso da LG/SP e da LG/Am, não se atestou *interrupção* na transmissão das línguas tupinambá, tupi (também referida como “tupiniquim”) e guarani.¹⁸

No entanto, apesar de Rodrigues (1996: 10) afirmar que as condições do contato linguístico das LGs se distingam nitidamente das condições formadoras de *pidgins* e crioulos, – como já mencionado, o autor (*op. cit.*) afirma que as LGs não são resultados de *interrupção* na transmissão de uma ou mais línguas entre gerações –, o autor se contradiz ao listar 16 fenômenos linguísticos da LG/Am e do guarani crioulo (LG atestada no Paraguai), a partir de um cotejo com a língua tupinambá, a fim de exemplificar traços linguísticos da LG.¹⁹ Para Rodrigues (1996), esses 16 traços atestam casos de mudança estrutural comum às Línguas Gerais. Observe o seguinte excerto: “A par das características sociolinguísticas atestadas [...], alguns fenômenos de mudança estrutural são comuns às três línguas.” (Rodrigues 1996: 12).

Em Argolo (2013, 2016), em que não se atesta qualquer contradição na proposta de Rodrigues (1996), corrobora-se não ter havido *interrupção* na transmissão das línguas tupi e guarani na formação da LG/SP e estende-se a mesma hipótese para o que se denomina de LG do sul da Bahia. No entanto, no tocante à LG/Am, o autor (*op. cit.*), diferentemente de Rodrigues (1999), advoga acerca do caráter crioulo dessa LG. É importante apontar ainda que Argolo (2013 e 2016) liga o termo *interrupção* ao processo de *language shift*.

Ainda, pela exposição acima, discordamos de Argolo (2013: 76) que afirma que o contexto “sem interrupção de transmissão linguística entre gerações” em que o termo LG foi utilizado já está muito bem definido por Rodrigues (1996). Em nossa opinião, a expressão “sem/com interrupção” e atrelada a *language shift* em trabalhos ligados à LG do Brasil precisa ser revisitada.

¹⁷Abrimos parênteses para ressaltar que, à luz da LC, Rodrigues (1999) equivocou-se ao relacionar línguas *pidgins* e crioulas ao processo de *language shift* pois esse processo de contato linguístico refere-se à “mudança” de um grupo de fala de uma língua ‘x’ para uma ‘língua-alvo y’. Assim, na situação de *language shift*, não se atesta o fenômeno de *interrupção* de traços estruturais de dada(s) língua(s) ‘x/β’ na criação/aquisição de uma nova língua, como é o caso de línguas crioulas. Diferentemente, no processo *language shift*, uma dada comunidade de fala ‘abandona’ uma língua ‘x’ em prol de uma língua-alvo ‘y’ – ver seção (2).

¹⁸Essas são as três línguas (ou famílias de línguas) mais citadas, à luz da linguística histórica-comparativa, como as línguas-mães da(s) LG(s) do Brasil (e.g. Rodrigues 1999).

¹⁹Para detalhes acerca desses 16 traços, ver Rodrigues (1996: 12-13; traços a-p).

4. LG do Brasil: um típico caso de “nova língua criada”

Nesta seção, nos detemos em revisitar, ainda que de forma breve, as condições sócio-históricas e linguísticas que envolvem a LG com o objetivo de propormos, por meio de uma convergência de hipóteses, que a LG é um tipo de língua “crioula”.

4.1. Duas macro-ancestralidades multilíngues/plurilíngues no Brasil colonial

Como já mencionado na seção 2, a linguística de contato tem como enfoque o estudo de áreas plurilíngues, cujas pessoas/grupos são multilíngues; esse é o caso de vastas áreas brasileiras nos séculos XVI a XIX. Quanto a este período da história, corroboramos diversas abordagens sócio-históricas que explicam o multilinguismo/plurilinguismo no Brasil colônia à luz do que chamamos neste trabalho de duas “macro-ancestralidades”: (i) a ameríndia e a (ii) africana. Chamamos a atenção que ao mencionarmos o termo “macro-ancestralidade”, valemo-nos de um dos múltiplos sentidos da palavra “raça” que liga-se ao conceito de “ancestralidade geográfica”: a origem de grupo(s) em uma região do globo (e.g. Pena & Bortolini 2004).²⁰ Assim, ao advogarmos acerca do caráter “crioulo” da LG do Brasil, o fazemos embasados na hipótese sócio-histórica de que a formação dessa língua envolveu três “raças”: a ameríndia, a africana e a europeia. No entanto, a raça ameríndia e a africana atestam distintos plurilinguismos/multilinguismos no Brasil.

Como já bastante mencionado na literatura da área, quanto à LG e sua formação histórico-social, atestou-se no Brasil um multilinguismo/plurilinguismo de ‘ancestralidade ameríndia’. Segundo Azevedo (2008), o território brasileiro do século XVI era habitado por cerca de mil povos distintos com uma população de 2 a 5 milhões de pessoas. Atualmente, atestam-se apenas 224 povos indígenas, totalizando um pouco mais de 800 mil pessoas. Logo, é certo dizer que os indígenas brasileiros sempre conviveram com situações de multilinguismo. No entanto, é preciso levar em consideração o enorme contingente de origem africana incorporado ao regime colonial brasileiro.

²⁰ Corroboramos assim os estudos em genética molecular e em genética de populações que afirma que as diferenças morfológicas nos seres humanos (como cor, tipo de cabelo, etc.) “[...] refletem apenas a adaptação evolutiva das populações geograficamente diversificadas de *Homo sapiens sapiens* ao seu *habitat* e não servem para atestar a existência de raças dentro de nossa espécie.” (Pena & Bortolini 2004: s/p).

No tocante ao multilinguismo/plurilinguismo de ‘ancestralidade africana’, é preciso ter em mente que a importação de escravizados negros iniciou-se no Brasil na metade do século XVI e prosseguiu até o século XIX, ‘flutuando’ em quatro grandes ciclos, definidos por áreas geolinguísticas africanas distintas (Bonvini 2008: 26). Estudos acerca da demografia do tráfico negreiro africano apontam para a entrada de mais de quatro milhões de africanos no Brasil, trazidos durante um período de trezentos anos (v. Klein 1987). Bonvini (2008: 30-31) aponta cerca de 43 línguas trazidas com os escravizados para o Brasil que se repartem em duas áreas de proveniência: oeste-africana e austral (essencialmente do grupo banto). Ainda segundo Bonvini (2008: 59), essas línguas faladas pelos escravizados no Brasil:

[...] passaram de um estatuto inicial de língua plena e generalizada (quimbundo), primeiro, ao de língua veicular e pidginizada (“mina”), em seguida, ao de língua veicular (iorubá) geograficamente circunscrita e limitada a um contexto plurilíngue e africano, para acabar numa fase de extinção progressiva [...].

Chamamos a atenção ao “estágio primeiro e generalizado” de uma língua africana falada no Brasil, mencionado por Bonvini (*op. cit.*). Trata-se da língua quimbundo (angolana), falada no Brasil nos séculos XVI e XVII em vastas áreas do país. Referimo-nos, portanto, a uma língua muito utilizada pelos jesuítas em território brasileiro, fato esse praticamente ‘ignorado’ em textos sobre a LG do Brasil. A importância dessa língua angolana no Brasil colonial se comprova por meio de sua primeira gramática escrita no Brasil e publicada em Lisboa pelo sacerdote jesuíta Pedro Dias. O documento trata-se da “Arte da língua de Angola”, datado de 1697 – ver Dias (2006[1697]). Embora o quimbundo e sua gramática tenham sido descritos (inicialmente) como circunscritos à Bahia, evidências históricas ligam o documento de Dias (2006[1697]) ao colégio jesuítico no Rio de Janeiro – para detalhes, ver Bonvini (2018: 33-39).

Reforçamos que, nesta seção, não desconsideramos a ancestralidade europeia e seu importante papel na formação sócio-histórico-linguística brasileira. Contudo, essa ancestralidade não instaurou, por si só, aspectos de multilinguismo/plurilinguismo no Brasil Colônia.

Assim, em textos sobre a LG do Brasil, não se apreende corretamente a realidade plurilíngue dos colégios dos jesuítas em que em meio a sua população se associam apenas europeus, indivíduos de fala portuguesa em sua maioria, e indígenas multilíngues. Por meio da obra de Dias (2006[1697]), pode-se atestar que esses colégios também abrigavam escravizados africanos e que uma de suas línguas generalizou-se por áreas brasileiras nos séculos XVI e XVII e pode ter

contribuído também para a formação da LG do Brasil ou, ainda, influenciado em sua dialetação.²¹

4.2. Revisitando a hipótese mameluca

As evidências acerca do multilinguismo/plurilinguismo no Brasil colônia que abarcam duas macro-ancestralidades – a ameríndia e a africana – em contato ainda com indivíduos de fala portuguesa (de ancestralidade europeia) nos impulsionam a revisitar a hipótese mameluca que associa a formação da LG a uma mestiçagem entre brancos e índios (ver seção 3, subtema 3). Assim, nesta seção, com o auxílio metodológico da filologia, apresentamos a edição de trechos do documento: Jundiá (Ms). No entanto, antes de apresentar esses textos, inserimos uma breve consideração sobre o trabalho filológico.

A filologia se volta para a língua em forma de texto escrito, quer seja em papel, pergaminho, papiro, quer seja em outros suportes que revelem o estado da língua no momento da escrita.²² No entanto, os estudos filológicos não buscam somente reconhecer a forma da letra e o significado da palavra, mas pretendem também apreender os fenômenos da linguagem, a motivação do que foi escrito e o contexto de produção do documento escrito, além dos seus modos de transmissão; logo, acaba por resgatar um passado.

Fundamentalmente, o trabalho filológico contempla as edições de texto e, de acordo com Cambraia (2005: 91-97), quatro tipos são conhecidas: (i) fac-similar, (ii) diplomática, (iii) semidiplomática e (iv) interpretativa. Para este artigo, e esta subseção em específico, propomos a edição diplomática, que é um tipo de edição com grau baixo de mediação feita pelo crítico textual, limitando-se a uma transcrição conservadora de todos os elementos presentes no modelo como sinais abreviativos e de pontuação, por exemplo. Apesar de a consulta restringir-se, também, a especialistas – devido à preservação de características que exigem um conhecimento mais específico –, na edição diplomática, isenta-se o leitor de decodificar as formas gráficas da escrita original do modelo, tarefa difícil, sobretudo, quando se trata de um testemunho manuscrito como é o caso do documento a ser apresentado nesta subseção.

Por meio de um documento histórico – Jundiá (Ms) –, enfatizamos que a mestiçagem no Brasil se deu entre europeus (ditos ‘brancos’), indígenas e africanos. A mestiçagem envolveu, portanto, três macro-ancestralidades. No

²¹ Para detalhes sobre a obra de Dias (2006[1697]), ver Rosa (2013).

²² Assim, cada vez mais, a materialidade da escrita mostra-se importante para a sua interpretação, como se pode ver nos vários trabalhos que Roger Chartier vem desenvolvendo (Chartier 1989, 1998, 2002).

documento do século XVIII, encontrado em Jundiaí (interior de São Paulo), são registrados todos os óbitos de escravizados que ocorreram na região entre os anos de 1744 e 1787 e também todos os casamentos de escravizados realizados entre 1739 e 1777. Maiores detalhes sobre o documento e sua ligação com a LG/SP são apresentados em Zanoli (em prep.).

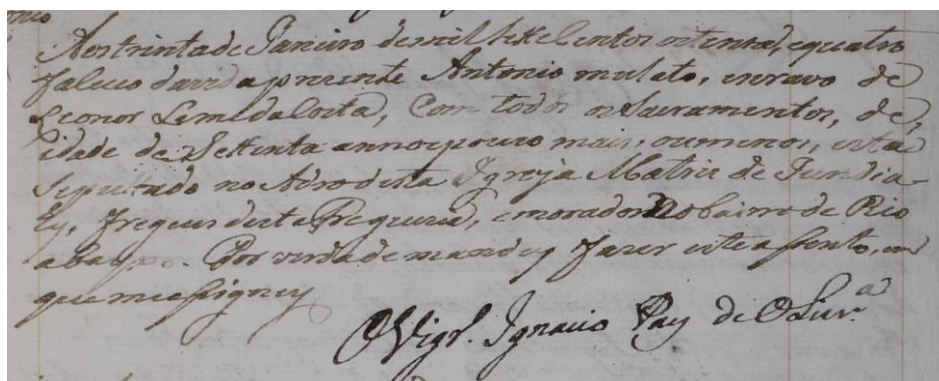
Morales (2002: 50), em trabalho de investigação do documento Jundiaí (Ms), afirma ser possível identificar quatro grupos indígenas na região da Jundiaí Colonial: carijó (família Tupi Guarani); kayapó (Macro Jê);²³ pareci (família Aruaque); bororo (Macro Jê). Quanto às etnias de ancestralidade africana, Morales (2002: 52-53) aponta proveniência de escravizados do Golfo da Guiné (a área que abrange os atuais países de São Tomé e Príncipe e de Guiné Equatorial) e dos reinos de Angola e do Congo (que correspondem aos atuais países de Angola e da República Democrática do Congo, (também chamado de Congo Kinshasa). Assim, com base em relatos como os de Morales (*op. cit.*) e ainda na gramática de uma língua angolana, o quimbundo, escrita no Brasil e sob os auspícios da ordem jesuítica e da coroa portuguesa – Dias (2006[1697]) –, advogamos que essa língua tenha sido uma língua generalizada na área paulista bem como em outras áreas brasileiras; segundo Bonvini (2008: 48), a língua quimbundo predominou no norte e no sul do Brasil do século XVII. Atente-se para o fato de que as áreas africanas citadas por Morales (*op. cit.*) no documento Jundiaí (Ms) são áreas angolanas ou ainda áreas que tiveram contato com o quimbundo, como regiões do Congo e de São Tomé, que receberam escravizados de áreas angolanas de fala quimbundo – ver, entre outros, Figueiredo (2018: 73).

Ainda, de acordo com Morales (2002: 2), há registros tanto arqueológicos como documentais de que numerosos grupos indígenas trabalhavam ao lado de grupos africanos. Os termos “nego” ou “escravos” eram comuns para se referirem aos escravizados indígenas antes do número de escravizados africanos ter se tornado maior. Depois disso, passou-se a utilizar o termo “administrado” para os indígenas capturados; devido à proibição da escravização indígena, era necessário que se “despistasse” a justiça (Morales & Moi 2008: 01). A seguir, apresentamos alguns trechos da edição crítica do documento Jundiaí (Ms) em que é possível constatar os termos acima mencionados e ainda outros.²⁴

²³ Segundo Morales (2002: 52), os termos *carijó* e *kayapó* também serviam para designar uma origem étnica genérica.

²⁴ A “edição crítica diplomática” é de autoria de Marcelo Módolo. As barras nos trechos editados simbolizam a mudança de linha no manuscrito.

Figura 2: Trecho do manuscrito – data 30/01/1784²⁵



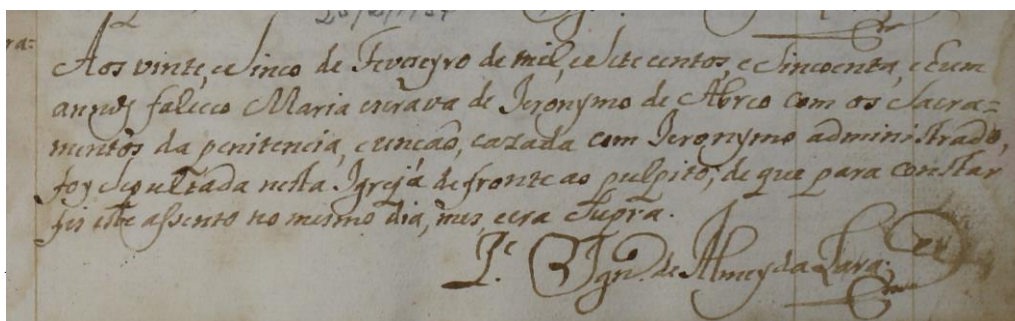
Aos trintade Janeiro demilSeteCentos oitenta, equatro/faleceu Davidapresente Antonio mulato, escravo de Leonor Leme da Costa, Com todos os Sacramentos, de idade de Setenta anos pouco mais, ou menos, está Sepultado no Adro desta Igreja Matriz de Iundia-hy, freguês desta Freguezia, e morador do bairro de Rio/abayxo. Por verdade mandey fazer este assento, em Que me assigney

O Vig. Ignacio Paes de Oliveir^a

Aos trintade Janeiro demilSeteCentos oitenta, equatro/faleceu Davidapresente Antonio **mulato**, escravo de/ Leonor Leme da Costa, Com todos os Sacramentos, de/idade de Setenta anos pouco mais, ou menos, está/Sepultado no Adro desta Igreja Matriz de Iundia-hy, freguês desta Freguezia, e morador do bairro de Rio/abayxo. Por verdade mandey fazer este assento, em Que me assigney/O Vig^o. Ignacio Paes de Oliveir^a.

No trecho acima, o termo “mulato”, em destaque, refere-se a um escravo africano, de propriedade de Leonor Leme da Costa. Observe que não se atribui sobrenome a “Antonio”, fato este comum quando se tratava da referência escrita a pessoas escravizadas.

Figura 3: Trecho do manuscrito – data 25/02/1751²⁶



Aos vinte e cinco de Fevereiro de mil, e Sete centos e cincoenta, e Escum annos faleceu Maria escrava de Jeronymo de Alencar com os Sacramentos da penitencia, e cincoa, casada com Jeronymo administrado, foy Sepultada nesta Igreja defronte ao pulpito, de que para constar foy este assento no mesmo dia, mes, e era Supra.

P^e Ign^o. De Almeyda da Lara.

Jeronymo administrado, / foy Sepultada nesta Igreja defronte ao pulpito, de que para constar/fis este assento no mesmo dia, mes, e era Supra. / P^e. Ign^o. De Almeyda da Lara.

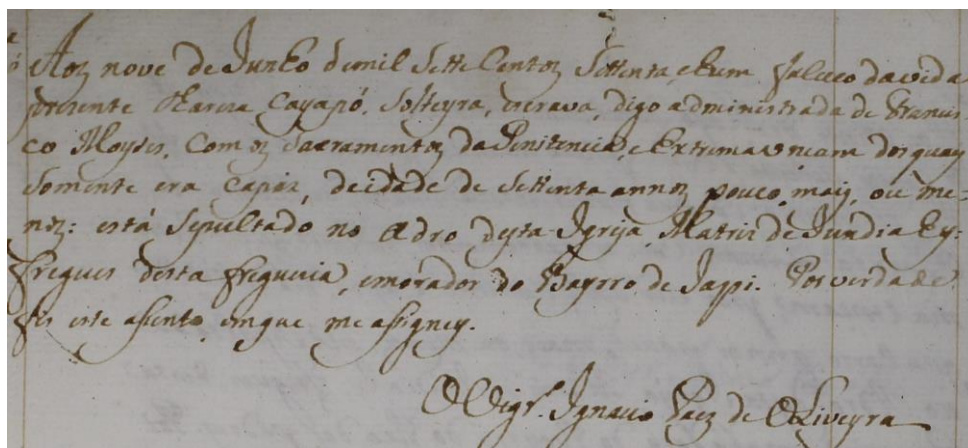
No trecho editorado da Figura 3, atesta-se um casamento interétnico entre a “escrava Maria” (escravizada africana) com o “administrado” (escravizado

²⁵ Fonte: “Livro de óbitos e casamentos de escravos da ‘Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáhy’”.

²⁶ Fonte: “Livro de óbitos e casamentos de escravos da ‘Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáhy’”.

indígena).

Figura 4: Trecho do manuscrito – data 09/06/1771²⁷



Aoz noue de Junho demil SetteCentoz Settenta ehum faleceo da uida/presente Escrava cayapó, Solteyra, escraua, digo administrada de Francis/co Moytes, como os Sacramentoz da Penitencia, e Extremaunçam dos quaes/Somente era capaz, deidade de Settenta annoz pouco mais, ou me-/noz: está Sepultado no Adro desta Igreja Matris de Iundiahy:/ freguês desta freguesia, emorador do Bayrro de Iapi. Por uerdade/fis este assento emque me assigney./O Vigro. Ignacio Paez de Oliveyra

Na Figura 4 editorada, nota-se a identificação da indígena cayapó, escravizada. No entanto, o que nos chama a atenção neste trecho é o fato do escriba rapidamente corrigir-se ao escrever: “escrava [...], digo administrada”.

Logo, o documento Jundiáí (Ms) nos permite advogar acerca do multilinguismo/ plurilinguismo ligado a duas ancestralidades: a ameríndia e a africana em possível área de fala da LG/SP. O plurilinguismo em áreas brasileiras envolvendo essas duas ancestralidades, adicionadas à ancestralidade europeia (os falantes de português), depõem contra a hipótese mameluca que advoga que apenas europeus e indígenas foram os responsáveis pela origem de culturas mestiças no Brasil, como apontado na seção 3, subtema 3.

4.3. Novas luzes sobre a LG do Brasil: para uma convergência de propostas

Através de uma convergência de hipóteses, propomos uma revisitação da formação da LG do Brasil sob a ótica da linguística de contato e não da linguística histórico-comparativa. Os estudos sócio-histórico-linguísticos nos

²⁷ Fonte: “Livro de óbitos e casamentos de escravos da ‘Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáhy’”.

fazem repensar e corroborar propostas que apontam para o fato de que se têm reunidas, no Brasil, as condições necessárias para categorizar a LG dentro do tipo “novas línguas criadas”. Um texto clássico da linguística de contacto, Holm (1989: 605), afirma que Reinecke *et al.* (1975: 120) já apontavam para o fenômeno de pidginização da LG. Assim, neste estudo, ligamos a LG do Brasil ao processo de contato “novas línguas criadas” e não ao processo de *language shift*. Como já mencionado na seção 3, Argolo (2013, 2016) reconhece que a LG/Am – o nheengatú – seja uma língua crioula, diferentemente de Rodrigues (1996); mas, como esse autor (*op. cit.*), Argolo (2013, 2016) associa línguas crioulas ao fenômeno de *language shift*.

Nossa hipótese central é a de que a situação do contato linguístico no Brasil colonial tenha proporcionado a criação de uma nova língua L1, LG do Brasil, que pode ter sido resultado da expansão e nativização de uma outra língua do tipo “nova língua criada”: o tupinambá, uma língua do tipo *pidgin/pidgin* estendido de “base ameríndia”. A LG foi atestada em distintas áreas do Brasil por um período de mais de três séculos em que, na maioria dessas áreas, deu-se o seu total desaparecimento. No entanto, em outra área, o norte do país, esta língua se “realocou” sendo falada até os dias atuais. Nossa proposta prevê ainda que a expansão do *pidgin* chamado de tupinambá, que se desenvolveu em LG do Brasil, deve ter se dado devido a novos contatos multilíngues com: (i) outras diferentes línguas ameríndias, de troncos distintos; (ii) línguas africanas bantas, como o quimbundo, e com outras línguas de famílias distintas de ancestralidade africana; (iii) a língua portuguesa falada pelo colonizador de ancestralidade europeia.

Entre as várias definições do tupinambá estão: (i) a de que tenha sido uma dialetação do Tupi-Guarani; (ii) a de que tenha sido uma língua-irmã da LG/Am (nheengatú), dentro da visão da linguística histórico-comparativa – ver Figura 1; (iii) a de que tenha sido uma língua oriunda de resultado de extremos contatos linguísticos, hipótese que apoiamos. Em Métraux (1948: 95, *apud* Argolo 2016: 12; nota 2) lê-se o seguinte acerca do tupinambá:

[...] esse nome é aplicado a todos os Índios, falantes de um dialeto Tupi-Guarani, que, no século XVI, foram os senhores da costa do Brasil, desde a foz do Rio Amazonas, até Cananéia, no sul do estado de São Paulo. Embora linguística e culturalmente relacionados de maneira muito próxima, esse Índios eram divididos em muitas tribos, que empreendiam guerras desumanas umas contra as outras. À maior parte desses grupos foram dados nomes diferentes pelos colonizadores Portugueses e Franceses, mas o termo Tupinambá foi aplicado a tribos de regiões largamente separadas, como Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão. Por serem essas as tribos melhor conhecidas, nós vamos, por conveniência, aplicar a todas elas o termo Tupinambá.

Argolo (2016: 34) afirma que é preciso atentar para o que chama de “centenas de povos tapuias”²⁸ que impuseram sua diversidade linguística ao tupinambá “língua segunda” sob o impacto da catequização sistemática dos jesuítas. Assim, de acordo com diversos autores, o tupinambá era a língua falada nos colégios inacianos e esse fato, segundo Argolo (2013: 73), propiciou a pidginização/crioulização a partir do tupinambá. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que, muito possivelmente, o tupinambá não tenha sido a única língua generalizada nos colégios jesuítas. Como mencionado acima, atesta-se, por meio de fatos histórico-linguísticos, que a língua banta quimbundo foi uma língua de fala generalizada no Brasil Colônia (e.g. Bonvini 2008: 59) e uma língua também falada nos colégios jesuítas. É este fato que explicaria a razão dessa língua angolana ter sido gramaticizada no Brasil por um jesuíta e ter sido publicada em Lisboa depois de muita discussão e por fim autorização por parte da coroa portuguesa: Dias (2006[1697]).

Portanto, revisitando Argolo (2016: 34), que afirma que centenas de povos tapuias impuseram sua diversidade linguística ao tupinambá língua segunda, pensamos que centenas de povos tapuias entraram em contato (via o aprisionamento em colégios inacianos): (i) com uma língua do tipo “nova língua criada” de base ameríndia, o tupinambá: (ii) com uma língua de ancestralidade africana, o quimbundo, ou ainda outra(s) língua(s) de ancestralidade africana; (iii) com a língua portuguesa. Assim, os tapuais atribuíram a esses três grupos de ancestralidades distintas a sua diversidade linguística. Logo, o que se chama na literatura especializada de língua tupinambá, seria, a nosso ver, uma língua *pidgin* de base ameríndia que teria se expandido no contexto multilíngue/plurilíngue dos colégios jesuítas para uma língua do tipo *pidgin* estendido – uma L2 de centenas de pessoas em contato linguístico extremo chamada de “Língua Brasília”. A partir desse ponto de sua história, o tupinambá atestou um processo de nativização resultando na língua chamada LG. Neste trabalho, não entramos em detalhamentos acerca das áreas geolinguísticas em que essa expansão do tupinambá *pidgin* estendido possa ter ocorrido em seu processo de nativização LG: se na área geolinguística da chamada LG/Am ou nas áreas das chamadas LG/SP e LG/Ba. Contudo, esses detalhamentos têm sido levados em consideração em pesquisa em andamento (Zanoli, Ms).

Logo, a nosso ver, a língua tupinambá falada no Brasil Colônia não pode ser considerada uma língua do conjunto da família Tupi-Guarani Meridional

²⁸ “Tapuais” é um termo designado a indígenas de línguas distintas das línguas tupi, tupinambá e guarani e, em grande parte, ininteligíveis entre si – Argolo (2016: 34).

(Ramo III) e língua-irmã da LG/Am, o nheengatú (ver seção 3, Figura 1). A língua tupinambá não pode ainda ser considerada uma língua “[...] criada ou moldada ou “disciplinada” pelos jesuítas, já no século XVI, com base na dos índios” (Rodrigues 1996: 6). Concordamos com Rodrigues (*op. cit.*) que essa possível explicação acerca dessa língua é uma das confusões que se observa nos textos de alguns pesquisadores.

Retomamos neste ponto aos 16 traços linguísticos que, segundo Rodrigues (1996: 12-13), apontam para o fenômeno de mudança estrutural do tupinambá atestado em LG a partir de um cotejo do tupinambá com dados do nheengatú e da LG falada no Paraguai (ver seção 3, subtema (6)). Chamamos a atenção para o fato de que esses 16 fenômenos de mudança estrutural atestados em LG por Rodrigues (*op. cit.*) podem ser ligados aos chamados traços estruturais de línguas crioulas que são apontados na literatura da área (e.g. Michaelis *et al.* 2013). Como exemplo, apresentamos o fenômeno que Rodrigues (1996) chama de “substituição” de uma forma morfossintática mais complexa – em termos de números de morfemas/‘palavras’ – por uma mais “reduzida”. É o caso, por exemplo:

- 1) de diversas formas de nominalizações do tupinambá, substituídas por relativas em LG: “((V + NZR)+CASO)/((NZR+V)+CASO) > (SUJ+V) (REL)”²⁹– Rodrigues (1996: 12); traço ‘c’.
- 2) da substituição da adjetivação por composição do tupinambá por uma adjetivação por justaposição em LG: “((NOM+DESCR)+CASO > (NOM) (ADJ))³⁰ – Rodrigues (1996: 12); traço ‘d’.

A esta altura de nossa argumentação, chamamos a atenção para um possível questionamento do leitor que pode estar baseado em uma ideia bastante difundida na literatura sobre línguas *pidgins*: a de que essas línguas são línguas morfossintaticamente mais empobrecidas que as línguas crioulas. Assim, ao se assumir o tupinambá como uma língua *pidgin*, como o fazemos, como se explicariam os exemplos (1) e (2) acima, retirados de Rodrigues (1996: 12), em que se atestam estruturas morfossintáticas complexas no tupinambá que são enfraquecidas na LG? Respondemos a essa possível pergunta à luz da pesquisa

²⁹ Em Rodrigues (1996: 16, nota 20), lê-se: “Nas fórmulas que se seguem, os parênteses indicam os limites de uma palavra ou unidade morfossintática; dentro deles, o sinal + indica as fronteiras de morfemas no interior das palavras”. As abreviaturas mencionadas por Rodrigues (*op. cit.*) são: NZR=afixo nominalizador, REL=partícula marcadora de oração relativa.

³⁰ As abreviaturas mencionadas por Rodrigues (1996: 16, nota 20) são: DESCR=raiz descritiva; NOM+raiz nominal.

tipológica de Bakker (2003), que demonstra, através de um amplo conjunto de variedades, que os *pidgins* tendem a ter mais (diferentemente de menos) morfologia flexional que os crioulos. Uma das explicações para esse fato seria que o *input* dos *pidgins* é muito grande; este pode muito bem ser o caso do tupinambá falado nos (e a partir dos) colégios jesuítas.

Os fenômenos chamados de “mudança estrutural” do tipo “substituição de estruturas morfossintáticas” na transmissão do tupinambá para a LG seriam, portanto, um forte argumento linguístico para ligar a LG do Brasil a línguas crioulas por meio de um fenômeno bastante discutido na linguística de contato chamado de “traço de complexidade”. Esse fenômeno, que se insere atualmente na discussão contra ou a favor de as línguas crioulas formarem um tipo linguístico, é parte das características de um amplo e atual debate na literatura da área que tem sido chamado de “excepcionalidade das línguas crioulas”.³¹ Parkvall (2008), em um primeiro estudo empírico que comparou um conjunto de línguas crioulas com um outro conjunto de línguas, atenta para o traço “complexidade”. O autor (*op. cit.*) deixa claro que os crioulos, como qualquer língua humana, são estruturalmente complexos, mas, em termos tipológicos, formam um grupo de línguas menos complexas. Esse parece ser o caso da LG do Brasil (LG) quando se observa sua estrutura linguística se comparada ao tupinambá. No tupinambá atestam-se traços linguísticos morfossintáticos e fonológicos mais complexos do que em LG, ou seja, em termos de número e de tipos de estruturas, muitos desses traços são simplificados na LG como apontado acima nos exemplos (1)-(2) de Rodrigues (1996: 12). Desnecessário dizer, no entanto, que não estamos afirmando com isso que línguas crioulas como a LG atestam uma gramática simples.

Argolo (2016: 37-42), nos moldes de Rodrigues (1996), apresenta ainda traços linguísticos do nheengatú em cotejo com o tupinambá; mas, diferentemente de Rodrigues (1996), ratifica que esses traços estão relacionados à natureza de língua crioula do nheengatú (LG). Os traços linguísticos que se atestam em nheengatú apresentados por Argolo (*op. cit.*) podem ser também ligados ao fenômeno complexidade. É o caso dos termos atestados por Argolo

³¹ Este termo é causa de muitos mal entendidos entre pesquisadores nos dias atuais. Corroboramos neste trabalho a posição de um grupo de estudiosos que, mesmo advogando em favor de se enquadrar as línguas crioulas em uma ‘tipologia de línguas crioulas’ não afirma, contudo, que essas línguas sejam diferentes ou excepcionais com relação a qualquer outro grupo de línguas. Um exemplo é o fato de que denominar um conjunto de línguas como “neolatinas” não torna as línguas desse conjunto excepcionais simplesmente por se apontarem a elas certas características tipológicas. Para detalhes sobre o debate ligado à questão da excepcionalidade das línguas crioulas, v. ex. DeGraff (2005) e Bakker, Daval-Markussen, Parkvall & Plag (2011).

(2016: 37-42) como: erosão do sistema de caso nominal e erosão do sistema TMA do tupinambá que teriam resultado em aspectos morfossintáticos do nheengatú.

Em da Cruz (2011: 33-542), apresentam-se características fonológicas e morfossintáticas do nheengatú que podem ser também relacionadas ao traço “complexidade”. Entre os vastos exemplos atestados pela autora (*op. cit.*) acerca de aspectos da gramática do nheengatú, chamamos a atenção para o sistema vocálico dessa língua. Segundo da Cruz (2011: 85), no nheengatú atesta-se redução para quatro vogais; como os outros autores citados acima, da Cruz (*op. cit.*) também compara a LG (nheengatú) com o tupinambá.

A seguir, no Quadro 1, sintetizamos nossa proposta:

Quadro 1: O continuum pidgin-crioulo “Tupinambá/LG do Brasil”

<p>Tupinambá 1: “<i>pidgin</i>” → Tupinambá 2: “<i>pidgin</i> estendido” – “Língua Brasília” → LG do Brasil: “língua crioula” – LG/SP; LG/Ba; LG/Am.</p>

No Quadro 1, resumimos a proposta de que LG, uma língua crioula, tenha sido formada a partir de um *continuum* pidgin-crioulo.³² Logo, a LG é vista como a sucessão de diferentes estágios de um *pidgin* de base ameríndia chamado de tupinambá que pode ter sido uma língua criada no Brasil antes mesmo da chegada do colonizador português devido a contatos plurilíngues na costa do país.³³ Em seu processo de alargamento para grandes e diferentes áreas territoriais no Brasil no século XVI, e com o auxílio dos colégios jesuítas, o tupinambá pode ter se expandido como *pidgin* e se firmado como uma língua crioula inicial em várias partes do país. Propomos que, nesse estágio, o tupinambá passou a ser conhecido como *Língua Brasília* – sobre esse termo, ver, entre outros, da Cruz (2011: 7). Durante os séculos XVI e XIX, a *Língua Brasília* (já uma língua em fase de criouliização ou já criouliizada em várias áreas) pode então ter se dialetado em três grandes variedades, denominadas na literatura de (i) LG/SP; (ii) LG/Ba; (iii) LG/Am – nheengatú. No entanto, a proposta da LG ser uma única língua com dialetos distintos não é desenvolvida nesta pesquisa, embora seja parte de pesquisa em andamento (Zanolli, em prep.).

³² Para detalhes acerca do conceito de “*continuum* crioulo”, ver Rooij (1984).

³³ O tupinambá poderia ainda ser apresentado, em seu estágio “1”, como um típico caso de *mixed language* – sobre esse tipo de língua, ver nota 2. No entanto, essa hipótese não é desenvolvida neste trabalho.

5. Conclusão

Neste trabalho, iniciado com breves considerações acerca da linguística de contato e seguido por uma resenha visando a apresentar o estado do conhecimento do conceito LG propusemos – centrados na linguística de contato – que a LG seja considerada uma língua crioula que se desenvolveu dentro de um *continuum pidgin*-crioulo de base ameríndia cuja língua inicial tenha sido o tupinambá – uma língua *pidgin*. Assim, em nossa proposta, a formação da LG não deve estar atada à linguística histórica-comparativa como afirmam vários autores que inserem o tupinambá e a LG no tronco/família linguística Tupi-Guarani Meridional.

Nossa proposta de categorizar a LG como língua crioula centrou-se: (i) na revisitação sócio-histórica da formação dessa língua – evidenciaram-se alguns textos como a gramática do quimbundo e uma documentação histórica que foi tratada por meio de edição crítica do texto (filológica); (ii) em destacar alguns aspectos linguísticos da LG que nos fazem ligar essa língua a característica de línguas crioulas amplamente debatidas em meio aos linguistas do contato. Como já mencionado, pesquisa em andamento – Zanolli (em prep.) – tem ampliado o escopo da investigação desse trabalho em que se focalizam aspectos linguísticos e sócio-históricos embasados por documentação.

Abreviaturas

ADJ=adjetivo; **LG**=Língua Geral (do Brasil); **LG/Am**=Língua Geral Amazônica; **LG/Ba**=Língua Geral do sul da Bahia; **LG/SP**=Língua Geral de São Paulo; **NOM**=Nominativo; **NZR**=afixo nominalizador; **PVB**=português vernacular brasileiro; **REL**=partícula marcadora de oração relativa; **SUJ**=Sujeito; **TL**=Língua-alvo; **V**=verbo

Referências bibliográficas

- Alleyne, Mervyn & Jo-Anne Ferreira. 2007. Comparative perspectives on the origins, development and structure of Amazonian (Karipúna) French Creole. In Magnus Huber & Viveka Velupillai (eds.), *Synchronic and Diachronic Perspectives on Contact Languages*, 235-357. Amsterdam: John Benjamins.
- Argolo, Wagner. 2013. Colonização e língua geral: O caso do sul da Bahia. *PAPIA* 23(1). 75-96.
- Argolo, Wagner. 2016. As línguas gerais na história social-linguística do Brasil. *PAPIA* 26(1). 7-52.
- Azevedo, Marta M. 2008. Diagnóstico da população indígena no Brasil. *Ciência e Cultura* 60(4). 19-22.

- Bakker, Peter. 1994. Pidgins. In Jacques Arends, Pieter Muysken & Norval Smith (eds.), *Pidgins and creoles – An introduction*, 247-258. Amsterdam: John Benjamins.
- Bakker, Peter & Pieter Muysken. 1994. Mixed languages and language intertwining. In Jacques Arends, Pieter Muysken & Norval Smith (eds.), *Pidgins and Creoles – An Introduction*, 41-52. Amsterdam: John Benjamins.
- Bakker, Peter, Marike Post & Hein van der Voort. 1994. TMA particles and auxiliaries. In Jacques Arends, Pieter Muysken & Norval Smith (eds.), *Pidgins and Creoles – An Introduction*, 25-39. Amsterdam: John Benjamins.
- Bakker, Peter. 2003. *Pidgin Inflectional Morphology and its Implications for Creole Morphology*. New York: Kluwer Academic Publishers.
- Bakker, Peter, Aymeric Daval-Markussen, Mikael Parkvall & Ingo Plag. 2011. Creoles are typologically distinct from non-creoles. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 26(1). 5-42.
- Baxter, Alan. 2018. O português dos tongas de São Tomé. In Márcia Oliveira & Gabriel Araújo (orgs.), *O Português na África Atlântica*. 297-322. São Paulo: Humanitas/FAPESP.
- Bonvini, Emilio. 2008. Línguas africanas e português falado no Brasil. In José Fiorin & Margarida Petter (orgs.), *África no Brasil: A Formação da Língua Portuguesa*, 15-62. São Paulo: Contexto.
- Cabral, Ana Sueli. 2011. Different histories, different results: The origins and development of two Amazonian languages. *PAPIA* 21(1). 9-22.
- Cambraia, Cesar N. 2005. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes.
- Chartier, Roger. 1989. *Histoire de l'Édition Française*. Paris: Fayard-Cercle de la Librairie.
- Chartier, Roger. 1998. *A Aventura do Livro: Do Leitor ao Navegador*. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial.
- Chartier, Roger. 2002. *Os Desafios da Escrita*. São Paulo: UNESP.
- Couto de Magalhães, José. 2013 [1876]. *O Selvagem*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro – CDPB.
- da Cruz, Aline. 2011. *Fonologia e Gramática do Nheengatú: A Língua Geral Falada pelos Povos Baré, Warekena e Baniwa*. Utrecht: Netherlands Graduate School of Linguistics.
- DeGraff, Michel. 2005. Linguists' most dangerous myth: The fallacy of creole exceptionalism. *Language in Society* 34(4). 533-591.
- Dias, Pedro. 2006 [1697]. *Arte da Lingua de Angola, Oeferecida [sic] a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, & Senhora dos Mesmos Pretos*. Lisbon: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade.
- Ferreira, Norma. 2002. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação e Sociedade* 23 (79). 257-272.
- Figueiredo, Carlos. 2018. Aspectos sócio-culturais e sociolinguísticos do Libolo: Aproximações com o Brasil. In Márcia Oliveira & Gabriel Araújo (orgs.), *O Português na África Atlântica*, 47-100. São Paulo: Humanitas/FAPESP.
- Freitas, Shirley. 2016. A origem do Papiamentu: Evidências para uma convergência de hipóteses. *PAPIA* 26(2). 121-235.
- Guy, Gregory. 1981a. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: Aspects of the phonology, syntax, and language history*. Pennsylvania University, PhD dissertation.
- Guy, Gregory. 1981b. Parallel variability in American dialects of Spanish and Portuguese. In David Sankoff & Henrietta Cedergren (orgs.), *Variation Omnibus*, 85-93. Edmonton: Linguistic Research.

- Holm, John. 1989. *Pidgins and Creoles*, vol. 2 [Reference Survey]. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jucá, Mara. 2017. O Português falado pelos Tembé do Guamá – Pará. 2017. Relatório de qualificação de doutorado. Universidade de São Paulo. Ms.
- Jundiáí (Ms), Centro de Memórias. Sec. XVIII. *O Livro de Óbitos e Casamentos de Escravos da “Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiahy*. Ms.
- Klein, Herbert. 1987. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Económicos*, 17(2). 129-149.
- Kouwenberg, Silvia & Pieter Muysken. 1984. Papiamentu. In Jacques Arends, Pieter Muysken & Norval Smith (eds.), *Pidgins and Creoles – An Introduction*, 205-218. Amsterdam: John Benjamins.
- Lucchesi, Dante & Alan Baxter. 2009. A transmissão linguística irregular. In Dante Lucchesi, Alan Baxter & Ilza Ribeiro (orgs.), *O Português Afro-brasileiro*, 101-121. Salvador, BA: UFBA.
- Lucchesi, Dante, Alan Baxter, José da Silva & Cristina Figueiredo. 2009. O português afro-brasileiro: As comunidades analisadas. In Dante Lucchesi, Alan Baxter & Ilza Ribeiro (orgs.), *O Português Afro-brasileiro*, 85-95. Salvador, BA: EDUFBA.
- Madre de Deus, Gaspar da. 2010. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Brasília: Editora Senado Federal.
- Michaelis, Susanne, Philippe Maurer, Martin Haspelmath & Maguns Huber. 2013. *The Atlas of Pidgin and Creole Language Structures*. Oxford: Oxford University Press.
- Morales, Walter. 2002. *Índios e Africanos na Jundiáí Colonial*. Jundiáí: Secretaria de Planejamento e Meio ambiente.
- Morales, Walter & Flávia Moia. 2008. Índios e Africanos no interior paulista: Um estudo sobre a transição do cativo indígena para a escravidão africana na Vila de Jundiáí, SP, no século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* V(18). 115-131.
- Navarro, Eduardo. 2012. O último refúgio da língua geral no Brasil. *Estudos Avançados* 26(76). 245-254.
- Oliveira, Márcia, Ednalvo Campos, Jair Cecim, Francisco Lopes & Raquel Silva. 2015. O conceito de português afro-indígena e a comunidade de Jurussaca. In Juanito Avelar & Laura Álvarez (orgs.), *Dinâmicas Afro-latinas: Língua(s) e História(s)*, 149-178. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- Owusu, Edward, Samuel Kyei Adoma & Daniel Aboagye. 2016. Sociolinguistics of the varieties of West African Pidgin Englishes – A Review. *Studies in English Language Teaching* 4(4). 534-550.
- Pagotto, Emílio. 2007. Crioulo sim, crioulo não: Uma agenda de problemas. In Ataliba Castilho et al. (orgs.), *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*, 461-482. São Paulo: FAPESP/Pontes Editora.
- Parkvall, Mikael. 2008. The simplicity of creoles in a cross-linguistic perspective. In Matti Miestamo, Kaius Sinnemäki & Fred Karlsson (eds.), *Language Complexity*, 265-285. Amsterdam: John Benjamins.
- Pena, Sérgio & Maria Cátira Bortolini. 2004. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? *Estudos Avançados* 18(50). 31-50.
- Reinecke, John. et al. 1975. *A Bibliography of Pidgin and Creole Languages*. Honolulu: University Press of Hawaii.

- Rodrigues, Aryon. 1985. Classification of Tupi-Guarani. *International Journal of American Linguistics* 24. 231-234.
- Rodrigues, Aryon. 1986 *Línguas Brasileiras: Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.
- Rodrigues, Aryon. 1996. As línguas gerais sul-americanas. *PAPIA* 2(4). 6-18.
- Rodrigues, Aryon. 1999. Macro-jê. In Robert Dixon & Alexandra Aikhenvald (eds.), *The Amazonian Languages*, 165-206. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rooij, Vincent de. 1984. Variation. In Jacques Arends, Pieter Muysken & Norval Smith (eds.), *Pidgins and Creoles – An Introduction*, 53-64. Amsterdam: John Benjamins.
- Rosa, Maria Carlota. 1992. Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: Que descreveram? *PAPIA* 2(1). 85-98.
- Rosa, Maria Carlota. 2013. *Uma Língua Africana no Brasil Colônia de Seiscentos: O Quimundo ou Língua de Angola na Arte de Pedro Dias, SJ*. Rio de Janeiro: 7Letras; FAPERJ.
- Rougé, Jean-Louis. 1992. Les langues des Tonga. In Ernesto d'Andrade & Alain Kihm (eds.), *Actas do Colóquio Internacional sobre Línguas Crioulas de Base Portuguesa*, 171-175. Lisboa: Colibri.
- Rougé, Jean-Louis. 2008. A inexistência de crioulo no Brasil. In José Fiorin & Margarida Petter (orgs.), *África no Brasil – A Formação da Língua Portuguesa*, 63-74. São Paulo: Editora Contexto.
- Schleicher, August. 1861. *Kurzer Abriss einer Lautlere der indogermanischen Ursprache, des Altindischen (Sanskrit), Alteranischen (Altbaktrischen), Altgriechischen, Altitalischen (Lateinischen, Umbrischen, Oskischen), Altkeltischen (Altirischen), Altslawischen (Altbulgarischen)*. Weimar: Böhlau.
- Smith, Norval. 1984. An annotated list of creoles, pidgins, and mixed languages. In Jacques Arends, Pieter Muysken & Norval Smith (eds.), *Pidgins and Creoles – An Introduction*, 331-374. Amsterdam: John Benjamins.
- Stradelli, Ermano. 1929. Vocabulários da língua geral português-nheêngatú e nheêngatú-português, precedidos de um esboço de gramática nheênga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em língua geral nheêngatú poranduua. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 104, Volume 158.
- Tarallo, Fernando. 1993. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In Ian Roberts & Mary Kato (orgs.), *Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica*, 35-68. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Thomason, Sarah. 2009. A typology of contact language. In John Holm & Susanne Michaelis (eds.), *Contact Languages: Critical Concepts in Language Studies*, vol. 5, 38-55. New York: Routledge.
- Thomason, Sarah & Terrence Kaufman. 1988. *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*. Berkeley: University of California Press.
- Zanolli, Maria de Lurdes. 2019. *A Língua Geral Paulista reanalisada à luz da linguística de contato e da filologia*. Relatório de Qualificação de Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Ms.
- Zanolli, Maria de Lurdes. (em prep.). A Língua Geral Paulista e o caso da “Villa de Jundiahy”: Revisitando a ‘hipótese mameluca’.
- Winford, Donald. 2003. *An Introduction to Contact Linguistics*. Hoboken, New Jersey: Wiley-Blackwell.